

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

www.motuca.sp.gov.br

Quarta-feira, 29 de outubro de 2025

Ano II | Edição nº 276

Página 1 de 2

SUMÁRIO

Poder Executivo		2
Atos Administrativos	5	2
Outros atos admin	istrativos	-

EXPEDIENTE

O Diário Oficial de Motuca, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Motuca poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.motuca.sp.gov.br

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Motuca

CNPJ 68.319.987/0001-45 Rua São Luiz, 111 - Centro Telefone: (16) 3348-9300 Site: www.motuca.sp.gov.br

Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/motuca



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP n° 2.200-2, de 2001 e Lei 14.063, de 2020

O Município de Motuca garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.motuca.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.motuca.sp.gov.br e www.imprensaoficialmunicipal.com.br/motuca



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

Quarta-feira, 29 de outubro de 2025

Ano II | Edição nº 276

Página 2 de 2

PODER EXECUTIVO

Atos Administrativos

Outros atos administrativos

RETIFICAÇÃO

No ato publicado no Diário Oficial do Município de Motuca, edição n^{ϱ} 196, de 04 de junho de 2025, referente ao Decreto n^{ϱ} 1.658,

Onde se lê:

Artigo 2°) – Nos termos do art. 5°, § 1° da Lei n° 931/2025, os membros e o Presidente do Conselho terão um mandato de 04(quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos seguimentos, sendo essas atribuições consideradas como serviço público relevante, não remunerado.

Leia-se:

Artigo 2º) – Nos termos do art. 5°, § 1° da Lei n° 931/2025, os membros e o Presidente do Conselho terão um mandato de 04 (quatro) anos, iniciando a vigência a partir de 18 de agosto de 2025, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos seguimentos, sendo essas atribuições consideradas como servico público relevante, não remunerado.